

Oito pontos sobre a horizontalidade gestão coletiva a partir de princípios anarquistas

Daniela Alvares Beskow

Escrito em 2011 e apresentado na mesa “Comunicação e gestão” do Seminário Espectro, Sociedade e Comunicação (ESC).

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Nov/2011

Ensaio disponível em: www.palavraemeia.com

Introdução

Quando pensamos em gestão, pensamos em como algo pode ser gerido, administrado, organizado. Atualmente os meios de comunicação, na sua maior parte estão concentrados em empresas ou no Estado. Há também os meios comunitários e livres. Essas “categorias” de meios, estão ligadas também a modos de organização interna específicos.

Os meios livres: as rádios, tv's, sites de comunicação, impressos, entre outros, estão, em geral, ligados a modos de organização baseados em idéias e ações que permeiam a liberdade no fazer cotidiano. Essa noção pode gerar várias outras, que se configura de formas diferentes nos grupos e movimentos de comunicação livre hoje. A partir dessas configurações, que venho observando em diferentes grupos e indivíduos, e também a partir do meu próprio pensamento sobre essas realidades, penso em proposições: como se relacionar em coletivo e como inserir essa discussão no âmbito dos meios de comunicação, nas pessoas que se reúnem com o objetivo de comunicar, através de um meio tecnológico.

Os meios comerciais e alguns estatais formam hoje uma realidade específica de produção e veiculação da informação, que se insere na produção e reprodução de papéis sociais específicos, que não se contaminam: os especialistas da comunicação produzem e o resto da população, é espectadora, leitora, ouvinte. O receptor não é tanto produtor da informação coletiva validada como oficial.

Qualquer um que se comunica, ou seja, todos, produz informação. Constantemente nos comunicamos e informamos os outros e a nós mesmos, sobre a realidade. O corpo, como ser vivo que se relaciona, está constantemente comunicando. Apesar dessa realidade, nem toda a informação produzida nos processos de comunicação cotidianos são valorizados socialmente como válidos, como detentores de uma verdade, de um ponto de vista formalmente legitimado. A oralidade, o coloquial, a diversidade de pontos de vista está, muitas vezes associada a falta de veracidade, a uma pluralidade que não se sustenta com argumentos, a incompreensão, e ao que se é denominado “senso comum”. A partir disso, se cria, paralelamente, a noção de especialista da comunicação: aquele que é treinado para comunicar e produzir informação.

Quando observamos a realidade atual do que se pode chamar de meios livres, como por exemplo as rádios livres, vemos que nem sempre é a informação o elemento mais importante na questão da comunicação, mas sim, o modo como é produzida e veiculada essa informação; os sujeitos envolvidos; os processos de tomada de decisão para essa atividade que se torna então, coletiva; e assim por diante. Ou seja, não nos preocupamos tanto com o produto final, mas na forma como esse produto é produzido. Sendo que o processo influencia diretamente o resultado final, temos sim resultados, ou melhor, realidades diferentes dos meios de comunicação de massa e comerciais.

Comunicação

Quando pensamos em uma comunicação articulada, como a palavra, ou a imagem, a partir da rede de relações que um estabelece com o todo e vice-versa, pensa-se em “coletivo”. Que meios as pessoas utilizam para se comunicar? Além da comunicação direta, ou seja, cara a cara e presencial, existe a comunicação mediada pela tecnologia. Por isso, “meios” de comunicação, pois eles mediam o processo de comunicação entre um e outro. No caso dos meios comerciais, o especialista produz informação, por um lado, e a pessoa “comum” recebe aquela informação, reproduzindo-a, obviamente, a seu jeito, para outras pessoas, mas quem fornece o sentido de “validade” e “verdade” à informação, são os meios considerados legítimos pela lei e principalmente pelo pensamento do especialista. O comunicador oficial tem que ter diploma.

Os meios livres e comunitários existem, a despeito desse pensamento. Todos somos comunicadores. A tecnologia fica assim, a serviço do conhecimento e não do lucro. O conhecimento, é por essência, algo livre. O processo cognitivo de conhecer é livre, pois acontece independente de qualquer controle sobre ele. A partir desse parâmetro, é impensável querer deter qualquer processo de conhecimento, troca de informações, seja ele através da tecnologia ou não.

Rádios livres: inspirações

Pensando em tecnologia, temos o rádio, por exemplo. Atualmente há inúmeras rádios livres espalhadas pelo Brasil. Elas formam uma rede, com características próprias, e vem colocando em prática, idéias relacionadas à liberdade, principalmente no que se refere à gestão do meio, o rádio. O rádio se torna então, não apenas um instrumento de difusão de informação, mas um processo e um meio de construção de autonomia para os sujeitos envolvidos.

A partir dessa experiência com ações e pensamentos relacionados à rádio livre, e partindo de necessidades de refletir sobre a comunicação atualmente, e da necessidade e possibilidade das pessoas de apropriação dessa ação, proponho alguns pontos. Esses pontos são um resultado de convivência com rádios livres, experiências com indivíduos e grupos libertários/anarquistas, leituras, práticas e pensamentos feministas, entre outros. Ou seja, eles não são todos encontrados juntos e ao mesmo tempo nos grupos com os quais tenho contato, mas se originam como uma proposta atual de reflexão para os movimentos sociais, e por que não, para a formulação de políticas públicas na comunicação que leve em conta a realidade atual.

Organização

O “como” se produz uma informação pode ter tanta relevância quanto a informação em si, quando pensamos na importância do processo e não no resultado final.

O processo valoriza as relações entre os indivíduos e como estas constroem o coletivo, e também, como o coletivo constrói e re-constrói, esses indivíduos. Estou falando de convivência, aprendizado, cooperação, solidariedade.

1. Unidade na diversidade

Me parece que coletivo pressupõe diversidade. As pessoas podem ser semelhantes, mas ninguém é igual, por mais tenhamos direitos iguais. A noção de “iguais” está muito relacionada à de “direitos”, e esta, às revoluções e transformações que, desde o séc. XVIII no Ocidente, impulsionaram o surgimento de democracias, Estados Nacionais, e organizações políticos-sociais baseadas na representação. A democracia representativa, sistema de organização política existente na maioria dos países atualmente, propõe um sistema baseado no número, o voto. O objetivo final do voto, realizado por todos os membros de uma localidade, é escolher um ou alguns representantes, que supostamente seriam a voz de todos. Re-presentar, seria “estar no lugar de”. Quem está no lugar de cada votante, é o político profissional, aquele que de alguma forma é treinado para o cargo, ou, que se dedica exclusivamente à isso. O político profissional de alguma forma desloca a ação política, inerente à toda sociedade e presente em cada indivíduo, da população para o espaço restrito da

política estatal. A população não toma decisões sobre as questões públicas, mas sim, cede sua capacidade de reflexão e ação para tal, para o político profissional. Muitas vezes, e isso depende do modo como a representatividade está instituída em cada lugar, a participação política se resume ao voto. O sistema de votação se baseia na eliminação e aprovação de candidatos, a partir do número. Cada pessoa é um número a ser contado no jogo político. Pode-se haver debate e reflexão antes do voto, sim, mas a palavra final é a do número.

O voto sufoca a diversidade, ao invés de dialogar com ela. De acordo o voto, a característica numérica, ou quantitativa, é mais importante do que a qualitativa, que tem a ver com qualidade, ou características de opiniões e posicionamentos. Quando pensamos em sistemas de tomada de decisões, e logo, de organização de um grupo pequeno ou mesmo de uma localidade, pode-se refletir sobre a valorização da diversidade de opiniões, ou seja, do dissenso.

A política do dissenso é o diálogo real entre indivíduos que se veem a partir de pontos de vista diferentes, mas que se propõe a organizar-se a partir de objetivos ou de metodologias comuns. Como sabemos, há vários caminhos para se chegar a um mesmo lugar, e nem sempre, eles são excludentes. Muitas vezes até, podem ser realizados ao mesmo tempo, por várias pessoas que atuam em colaboração.

Vemos então um primeiro passo para a realização da política. Política entendida aqui como o espaço em comum, onde indivíduos se encontram enquanto coletivo para tomar decisões que dizem respeito a todos. Política pode ser praticada em qualquer lugar. Num bairro, numa cidade, na gestão de uma meio de comunicação. O que tenho observado nas rádios livres, é que há uma valorização da diversidade, e não o sufocamento desta. Podemos levar em conta esse pensamento para uma política de comunicação nacional que, ao invés de reprimir e fechar rádios livres e comunitárias através da força policial truculenta, valoriza a diversidade de modos de organização, e também de conteúdos que não estão na grande mídia. É o caso do debate sobre espectro livre, status quo na comunicação e legislação e políticas públicas, temas presentes nas outras mesas deste encontro. Certa vez foi publicada uma foto nos jornais. Centenas de equipamentos de rádio dispostos no chão: transmissores, aparelhos de cd, caixas de som, tocadores de vinis, potências, mesas de som. Preparados para serem destruídos pela polícia. Razão: pertenciam à rádios comunitárias ilegais. Uma triste realidade que me faz refletir: se a ação comunitária se tornou ilegal, então estamos vivendo num período bastante obscuro da democracia.

Mas voltando ao tema da tomada de decisões para organizar um coletivo. Falei de dissenso, e esse é o primeiro passo para o reconhecimento de um grupo que engloba pessoas diferentes. Se há o pensamento de que aquele grupo quer realizar uma ação em comum, há então a disposição para a unidade. Se há diversidade, pode haver unidade. A partir do debate, que é a troca de visões, opiniões e idéias a respeito de um tema, se estimula a relação com o outro. Falar e ouvir passam a ser então, atividades de altíssima importância, e que necessitam também de altíssima valorização.

Falar e ouvir é o básico da política, pois produz diálogo e este, tomada de decisões. Se não há a imposição do voto, há a realidade do debate. Para debater é preciso humildade, paciência, persistência e vontade. Para falar, é preciso desenvolver o ato de se afirmar enquanto ser que propõe: é preciso defender posições e se colocar perante à realidade. Não é uma tarefa fácil, principalmente numa realidade atual que desestimula a participação política, e que não valoriza tanto a relação com o outro, na medida em que nos tornamos mais individualistas. Vemos aqui a diferença entre individualista e individualidade. Enquanto o primeiro se refere à egoísmo, o último, remete à peculiaridade: somos todos únicos e, em grupo, somos diversidade. Se no debate há relação, há então reconhecimento do outro enquanto ser que propõe pensamentos e ações tão relevantes quando os de si próprio. Reconhecer o outro é então o primeiro passo para convencer ou ceder. Há um ato de voluntariedade, de escolha: eu convengo o outro da minha própria opinião ou sou convencido pelo outro, porque assim escolho, assim quero, escolho estar disponível ao outro, e então realizo a ação. Não há a imposição do número, da lógica quantitativa, mas sim, valorização da relação e da resolução de conflitos através do diálogo. Pode-se assim, atingir o consenso, que não existe a princípio, mas é construído. Pode-se então atingir a unidade na diversidade, pensamento que certamente tem suas raízes nas doutrinas e práticas anarquistas: há a valorização tanto do

indivíduo quanto do coletivo. E aí entramos num debate histórico, que veio a originar diversas correntes do anarquismo e mesmo a separá-las de outras correntes de esquerda, como o socialismo. Diversidade e unidade não existem em oposição, mas em complementariedade. Uma valoriza a outra.

2. Horizontalidade

Se valorizo minhas próprias opiniões assim como valorizo as do outro, o princípio de hierarquia cai por terra. Chefes dão ordens, representantes decidem. Delegados e parceiros de trabalho, decidem juntos.

O que se chama de horizontalidade na gestão de um grupo, está relacionado à inexistência de hierarquias na organização e tomada de decisões. Em geral, isso leva à existência de laços de solidariedade e cooperação, ou seja, de ajuda mútua. Enquanto que a lei atual para rádios comunitárias obriga o grupo gestor do meio de comunicação a se organizar segundo parâmetros de hierarquia: chefes, diretores, etc, as rádios livres se organizam através da tomada de decisões em conjunto. Todos podem decidir sobre todos os assuntos, e se integrar naqueles com as quais tem mais afinidade. Ou seja, há abertura para a participação, ao invés de bloqueá-la, como faz a hierarquia. A falta de hierarquia não quer dizer falta de responsabilidades ou funções. Os integrantes podem assumir funções, ficando com a obrigação de realizar determinadas tarefas. Mas essa função fica aberta à participação de outras pessoas e a pessoa que pertencia inicialmente àquela função, pode mudar de função, dependendo de sua afinidade com as tarefas. Valoriza-se assim a aptidão, a necessidade e a disposição de cada um, e não o mérito, idade, sexo, prestígio ou posição social.

3. Espontaneidade

A horizontalidade está diretamente ligada à espontaneidade. A partir do momento em que não há uma estrutura opressiva que me obriga ou desobriga da realização de determinadas tarefas, me resta então a escolha de me oferecer para o coletivo, por livre e espontânea vontade, caso esta exista. Se é espontâneo na medida em que se avalia a necessidade individual e coletiva para uma tarefa dentro do grupo. Quando há uma valorização da espontaneidade, estamos pensando também em desenvolvimento da autonomia e também da liberdade.

4. Indivíduo e coletivo

Pode-se pensar a relação entre indivíduo e coletivo a partir do parâmetro da oposição ou da complementariedade. Este último, apresenta possibilidades: sou um e sou também todos, na medida em que existo enquanto ser singular e também que me relaciono com um todo no qual estou inserido.

Quando há uma valorização do indivíduo e do coletivo na mesma medida, leva-se em conta o funcionamento do todo, quando sabemos que o todo é composto de partes, ainda que de forma rizomática. Quando ignora-se esses aspectos, ocorrerão válvulas de escape dentro do funcionamento do grupo.

Há diversidade. Isso é um fato. Em geral, nos processos de tomada de decisão, a diversidade é encarada como um obstáculo a ser superado. Em detrimento da valorização do processo para atingir a unidade, se pensa apenas no objetivo final, e para isso, a diversidade teria que ser imediatamente eliminada. Como lidar com a diversidade de opiniões de modo que ela não seja ignorada ou desvalorizada?

Quando o coletivo não é levado em conta, e isso pode acontecer mesmo dentro de uma organização sistematizada, hierárquica, com regras claras de funcionamento, mas que não realiza a comunicação entre as partes, sendo portanto um todo vazio de sentido, há então desarticulação. As ações passam a carecer de relevância e eficácia. Eficácia não no sentido capitalista de produção, mas sim naquele que valoriza a coerência, o funcionamento de um sistema e objetivos s serem atingidos (a Teoria

Geral dos Sistemas tem algumas interessantes contribuições para fazer nesse sentido). Se um grupo é um grupo, há que haver comunicação entre seus integrantes para que o todo seja vivo e dinâmico. Por outro lado, se o indivíduo não é levado em conta, e essa situação se origina tanto de pensamentos socialistas-estatistas como de sistemas hierárquicos capitalistas, gera-se uma situação de autoritarismo e o sentido de grupo passa a perder significado. O indivíduo necessita se reconhecer no coletivo, enquanto sujeito-ativo, para que se sinta parte dele.

Podemos pensar numa espécie de fórmula: primeiro+segundo= terceiro. O primeiro é uma pessoa. O segundo é outra pessoa. O terceiro, é a união das duas pessoas. Elas existem em união e também em individualidade. Um não exclui o outro, mas se alimentam. Ou seja, para a construção de um coletivo é preciso a união dos indivíduos, mas aquele não é apenas a simples união das partes, mas sim, a geração de uma nova realidade, construída por todos. Ou seja, não apenas um e dois separadamente, lado a lado, mas a criação de um terceiro elemento, uma terceira situação, a partir das colaborações de um e dois. Esse terceiro espaço, físico, simbólico, emocional, de idéias e ações, define e redefine as posições individuais, apesar de ser alimentado por elas, quando passa pelo processo de reflexão, debate e tomada de decisões, pelo convencer e ceder, atingindo possíveis consensos.

5. Maleabilidade

O conceito de maleabilidade relaciona-se com o de atualidade. As leis e regras tem que estar a serviço das pessoas e não vice-versa. Leis tem que vir das necessidades da sociedade. Atualmente vemos uma realidade, no que toca à legislação de rádio, por exemplo, onde vemos o oposto. A lei de rádios comunitárias é inadequada, não supri as necessidades das milhares de pequenas rádios espalhadas pelo país, que, ao invés de terem sua situação de meio de comunicação viabilizada, ao contrário, sofre, constantes ataques da polícia, que as incrimina. A constituição, que fala de liberdade de expressão, no artigo quinto, por sua vez não é colocada em prática, quando, essas mesmas rádios vêem sua liberdade de expressão tolida pelo mesmo Estado que supostamente as protege. Compartilham desse exemplo as inúmeras manifestações pacíficas de rua realizadas nos últimos anos no Brasil, que tem como resposta a violência policial. Nesses casos lei e sociedade não estão unidas, não atuam em colaboração, como devia acontecer num estado democrático de direito. Quando pensamos em maleabilidade, seja no âmbito geral de um país, ou numa organização como uma rádio, por exemplo, quero dizer que as leis e regras de funcionamento tem que existir para suprir as necessidades das pessoas. Ou seja, elas tem que ser suscetíveis à mudança, caso passem a não servir mais. E as pessoas que as elaboraram, tem que estar disponíveis para reelaborá-las caso elas se tornem obsoletas, sem medo de questionar o estabelecido. Decisões tem que ser revogadas quando não fazem mais sentido, estabelecendo relação com a realidade, com a noção de processo, a mudança de rumos e as avaliações realizadas pelo coletivo, que propõe então, novas regras, novas propostas de funcionamento. Reflexão e crítica andam juntos.

6. Tempo

A construção de um coletivo exige tempo. Que tem a ver com desenvolvimento, maturação e maturidade. É no tempo que as relações entre as pessoas se desenvolvem e a partir daí, realidades concretas se estabelecem. A gestão de um meio, o fazer comunicação em grupo é resultado do tempo de construção de realidades, dando continuidade à uma idéia, à uma ação. A continuidade de um projeto permite que ele exista enquanto contínuo re-fazer. As lições do passado, a ação presente e a continuidade no futuro, traça a existência da prática, significativa para o um e para o todo.

7. Prática

Se aprende a comunicar, comunicando. Vemos todo um debate, hoje, sobre a necessidade do diploma para ser jornalista, ou seja, para escrever, falar, transmitir em um meio de comunicação. Se

a comunicação é inerente à todo ser vivo, já comunicamos independente de qualquer coisa. A comunicação mediada, ou seja, realizada através de um suporte- o jornal impresso, a tela do computador, o aparelho de rádio e televisão, funcionam como possibilidades de ampliação da comunicação presencial. As invenções da humanidade - as tecnologias - deveriam ser, sempre, patrimônio universal, ou seja, disponibilizadas para o desenvolvimento de todos. Quando há a tentativa de limitar esses usos aos especialistas, aqueles que passaram por formação técnica ou universitária para “aprender a comunicar”, estamos negando a produção de informação que cotidianamente todos realizamos, simplesmente por estarmos vivos. A ampliação da comunicação presencial nunca deveria ser impedida de ser concretizada por leis, sendo um absurdo a existência destas para administrar aquela. Se as leis tem que estar a favor das pessoas e vir das pessoas e suas necessidades, como é que podem existir leis que impedem a comunicação coletiva entre as pessoas, sendo esta uma realidade a priori e uma necessidade básica de qualquer ser humano, no seu processo mesmo de sobrevivência? A tecnologia tem que estar a serviço de todos e esse tem que ser um pressuposto. A realidade dos meios de comunicação nas mãos de empresas e também do Estado, empobrece a comunicação coletiva de uma sociedade, pois padroniza as formas e os conteúdos. Além de estar envolvidas com interesses econômicos, políticos, morais específicos, que não representam a diversidade de realidades existentes, trabalham sistematicamente na produção diária de distorção e mentiras na veiculação de notícias, principalmente nos que diz respeito aos movimentos sociais. É por esses e outros motivos, que a produção de informação, que a prática da comunicação tem que ser viabilizada para a sociedade e não impedida, como fazem algumas leis hoje. As rádios livres, comunitárias, colocam em prática essa idéia: praticar a comunicação, tomar a palavra, acionar, agir, praticar. É a velha frase: o receptor tornar-se também emissor, produtor”.

8. Do micro para o macro

Todos esses pontos que eu falei podem remeter a o micro- a gestão de uma rádio, de um movimento social, de um meio de comunicação- e também ao macro- no que diz respeito à grandes localidades, como um país. Para pensar essa relação, há que se criar modelos de comunicação em rede que visem a descentralização da produção de informações. Vários micros que se conectam, formando um todo maior. Há muitas maneiras de fazer isso, mas a questão é: como tomar decisões que envolvam um número grande de pessoas? Como articular pequenos grupos, diversos, num todo maior, a unidade?

Como debater, refletir, construir redes de comunicação, sem perder a peculiaridade e ao mesmo tempo, ter em vista a unidade?

Como citar esse ensaio:

Beskow, Daniela Alvares. **Oito pontos sobre a horizontalidade: gestão coletiva a partir de princípios anarquistas**. In: Espectro, Sociedade e Comunicação – ESC, 1., 2011, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas. Disponível em: <<http://www.palavraemeia.com/ensaios/oito-pontos-sobre-a-horizontalidade/>>. Acesso em: [inserir data].